

Desenvolvimento a todo custo e a dimensão ambiental: o conflito do complexo industrial-portuário de Suape, Pernambuco

*Clóvis Cavalcanti**

1 Esclarecimentos iniciais

Este trabalho tem como propósito caracterizar um caso do embate quase insolúvel entre as iniciativas de promoção do desenvolvimento econômico a todo custo e a destruição cega que, para alcançar o primeiro, se abate sobre o patrimônio natural. Trata-se no fundo de questionar hipóteses e práticas aceitas pela sociedade moderna, as quais, se a ecologia fosse levada realmente a sério como instrumento para o bem-estar duradouro da sociedade, estariam totalmente em perigo (Sears, 1964:11). A perspectiva que aqui se adota é a da economia ecológica: *uma visão da atividade ou processo econômico na ótica da natureza*, o que é o mesmo que admitir que, por sua própria essência, na ecologia se encontra uma crítica permanente das ações humanas dentro do ecossistema. Como se sabe, no modelo econômico que domina o discurso do desenvolvimento, os recursos do ecossistema não são contemplados. Basta ver, por exemplo, aquilo que os economistas adotam em seu raciocínio com o nome de “função de produção”. Trata-se de uma relação entre os montantes de fatores produtivos (capital, **K**, e trabalho, **L**) empregados na realização da atividade econômica e os correspondentes volumes obtidos de produto (**Y**). Essa função tem a forma $Y = f(K, L)$, valendo para a economia como um todo, para setores de atividades, para grupos de firmas. Nela se omite completamente o insumo natureza (ou recursos naturais, **N**). No raciocínio da teoria neoclássica do crescimento econômico – essa que é associada a nomes como o de Robert Solow (prêmio Nobel de economia), e que prevalece nas análises – admite-se uma função de produção do tipo “rendimentos constantes de escala”, sendo a denominada função Cobb-Douglas (em homenagem a seus proponentes) a que efetivamente aparece nos modelos. Tal função tem a expressão matemática usual:

$$Y = \lambda K^{\alpha} L^{1-\alpha}.$$

A constante (positiva) λ exprime o fator tecnológico.

Fica patente, assim, a omissão completa da dimensão ambiental na função Cobb-Douglas. Cria-se uma situação em que o sistema econômico é um sistema *isolado* – ou seja, sem um entorno com o qual se relacione. Na Termodinâmica – capítulo da Física que estuda as transformações energéticas –, o único caso concreto de sistema isolado é o

* Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco e professor da Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE). Este trabalho foi escrito durante o período (fev.-mar. 2008) em que o autor foi Lemann Visiting Scholar da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign (Estados Unidos). E-mail: <clovati@fundaj.gov.br>. Agradeço a Andréa Zhouri pela oportunidade de expor uma realidade de conflito ambiental próxima a mim, que marca o início em Pernambuco da luta em defesa do meio ambiente.

universo. Os demais sistemas ou são *fechados* (como a Terra, que admite entradas e saídas de energia) ou *abertos* (como o corpo humano, uma floresta, um rio, no qual entram e saem tanto energia quanto matéria). Pensar a economia como sistema isolado é o mesmo que imaginar um organismo apenas com sistema circulatório (o dinheiro é que circula no sistema econômico); sem trato digestivo. A realidade do raciocínio econômico, com tal abstração, permite que se conceba o mundo sem um ecossistema. Ou que se o considere como uma externalidade. Sim, o meio ambiente existe; mas fica lá em outro plano (planeta). Quando muito, pensa-se o ecossistema como uma espécie de berloque ou balangandã, como penduricalho da economia; como uma dispensa ou almoxarifado de onde se saca o que se quer (e onde se joga lixo). É o que faz a economia quando se lembra de que o meio ambiente não é uma abstração, mas existe de fato. Resulta disso a visão econômica do ecossistema. Entra aqui, por exemplo, a precificação (valoração) da natureza. A percepção da economia ecológica reverte a situação: passa-se a encarar o processo econômico enquadrado dentro do sistema – a natureza – que o envolve¹. Sendo assim, o ecossistema deixa de ser uma externalidade, para se constituir o todo maior a que a economia deve inexoravelmente submeter-se. Ou seja, passa-se a pensar o sistema econômico com aparelho digestivo: nele, matéria e energia de alta qualidade (baixa entropia), que são a verdadeira riqueza do mundo, são engolidas, viram artefatos e terminam como lixo, ou seja, matéria e energia de baixa qualidade (alta entropia): matéria e energia degradadas. Quer dizer: o que nós produzimos mesmo, derradeiramente, é sujeira.

Entendida a realidade econômica dessa forma – o que representa um afastamento enorme do paradigma que os defensores do desenvolvimento econômico atual (que, na verdade, pensam mesmo é em *crescimento* da economia) utilizam (Daly, 2007) –, não se pode aceitar que intervenções econômicas não contemplem suas repercussões ecológicas. Quando se formula um raciocínio dessa ordem, é inevitável que grandes projetos, a exemplo do complexo industrial-portuário de Suape, tenham que ser examinados rigorosamente para avaliação de custos ambientais. Ora, como o meio ambiente significa uma externalidade no cálculo econômico, aqueles que empregam esse cálculo sentem-se tolhidos quando se levanta o tema das restrições ecológicas a respeito de grandes projetos – que, por ser grandes, possuem também significativos e inevitáveis impactos ambientais. O caso do Projeto de Suape, em Pernambuco (ver mapa), serve para evidenciar isso com toda a clareza, especialmente quando, em 1975, foram feitas sérias objeções a ele. Na ocasião, tudo parecia tranqüilo para o governo do estado de Pernambuco, autor da iniciativa, que nunca imaginara poder desencadear qualquer mal-estar por conta dela. A época era de poucos protestos (o presidente da República sendo o general Ernesto Geisel), de submissão passiva à ordem autocrática que dirigia as intervenções governamentais no país. Assim, quando um grupo de “cientistas” interveio para pedir cautela e que se repensasse o projeto, as reações do governo pernambucano, da imprensa, de setores diversos da sociedade, e também da própria oposição ao regime militar tomaram proporções de um combate dogmático a heresias inadmissíveis. Que meio ambiente que nada! O que interessa é a economia (com o mantra da “geração de renda, diminuição do desemprego, combate à pobreza”). É disso que se vai tratar nas seções seguintes deste trabalho, mostrando como a crença no crescimento econômico atribui-lhe

¹ Isso é o que faz magistralmente Nicholas Georgescu-Roegen em seu grande livro *The Entropy Law and the Economic Process*, Cambridge (Massachusetts, EUA): Harvard University Press, 1971.



Mapa da localização do porto de Suape

as virtudes de um poderoso antídoto usado para liquidar conflitos ambientais suscitados pela reação consciente à megalomania de projetos salvadores da economia.

Gostaria de esclarecer, sem falsa modéstia, que fui eu o responsável pela briga que houve em Pernambuco a partir do dia 5 de abril de 1975, quando o semanário do Recife *Jornal da Cidade* publicou um manifesto por mim redigido e subscrito pelo nutrólogo Nelson Chaves, pelo ecólogo João de Vasconcelos Sobrinho, pelo historiador José Antonio Gonsalves de Mello, neto, pelos sociólogos Renato Carneiro Campos e Roberto Martins, e pelo economista Renato Duarte – todos eles destacados nomes da vida

² Nelson Chaves (1906-1982) se sobressaiu por pesquisas sobre a desnutrição do trabalhador da zona canieira do Nordeste, com uma fundamentada tese sobre tendências ao nanismo de novas gerações na região devido à má alimentação. Vasconcelos Sobrinho (1908-1989) foi o maior ecólogo nordestino do século XX. José Antonio Gonsalves de Mello, neto (1916-2002) escreveu um dos livros mais influentes sobre a ocupação holandesa de Pernambuco. E Renato Carneiro Campos (1930-1977) destacou-se por estudos sobre problemas sociais da zona canieira.

acadêmica pernambucana naquele momento³. Na verdade, fui provocado pelo jornalista Homero Fonseca, editor do semanário, que me perguntou por que, sendo eu um ferrenho crítico antigo do projeto, não escrevia um documento de impacto que denunciasse os males do empreendimento de Suape. Aceitei o desafio, redigi o documento e o mostrei em primeiro lugar a Vasconcelos Sobrinho, que foi ao meu escritório logo que o avisei do que escrevera. Depois de lê-lo, perguntou entusiasmado: “Para que é isso? Para eu assinar? Assino agora mesmo. Concordo, letra por letra, palavra por palavra, vírgula por vírgula, com tudo o que está aqui”. Respondi que aguardasse, que eu iria mostrar o texto a outras pessoas, especialmente a Renato Duarte, meu parceiro inicial no protesto, e depois o procuraria. Saí em busca do grupo que o subscreveu. Todos leram o texto (houve umas duas ou três outras pessoas, igualmente da Academia, que o leram também, mas preferiram não aderir ao movimento). Mínimas mudanças de estilo foram introduzidas. O que saiu depois, intitulado de “A Propósito de Suape”, era praticamente o documento original, que a imprensa passou a chamar, em alguns casos com sarcasmo explícito, de “Manifesto dos Cientistas”. A seção 3 deste trabalho trata do assunto. Na seção 2 apresenta-se a concepção do projeto e na 4 avalia-se o desfecho do conflito. A 5 esboça um epílogo.

2 O projeto de Suape

O primeiro documento⁴ que caracteriza em mais detalhe o projeto do “Complexo Portuário Industrial de Suape”, como nele era chamado, é de novembro de 1974, de autoria de um consultor, o engenheiro Lafayette Prado, presidente do consórcio de empresas que, para o governo de Pernambuco, sob a chefia da empresa Transcom de consultoria, estudou a viabilidade técnico-econômica da iniciativa (contrato assinado com o órgão estadual Diper em dezembro de 1973). A ênfase que nele se dá é para o significado de Suape em termos do desenvolvimento de Pernambuco e do Nordeste, como mola indispensável da infra-estrutura para grandes saltos econômicos (ver também Pernambuco, Diper, 1974). Segundo Prado, os empreendimentos previstos no marco do projeto “deverão conduzi-lo a níveis ainda mais altos, precisamente os requeridos pela conquista do desenvolvimento auto-sustentado, principal objetivo da política nacional de eliminação dos desníveis regionais ainda vigentes” (Prado, 1974:19). Essa visão dominava o país na época, ainda vibrando com os anos do “milagre” (continua a dominar hoje, diga-se, talvez até com mais excitação, segundo se pode inferir da concepção do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, a prioridade máxima do governo federal desde 2007). A idéia do projeto de Suape era de dotar Pernambuco e o Nordeste de um porto de águas profundas (nem tanto), “capaz de atender às exigências ditadas pelo desenvolvimento que se processa na Região” (*Diário de Pernambuco*, ou simplesmente

³ Nelson Chaves (1906-1982) se sobressaiu por pesquisas sobre a desnutrição do trabalhador da zona canavieira do Nordeste, com uma fundamentada tese sobre tendências ao nanismo de novas gerações na região devido à má alimentação. Vasconcelos Sobrinho (1908-1989) foi o maior ecólogo nordestino do século XX. José Antonio Gonsalves de Mello, neto (1916-2002) escreveu um dos livros mais influentes sobre a ocupação holandesa de Pernambuco. E Renato Carneiro Campos (1930-1977) destacou-se por estudos sobre problemas sociais da zona canavieira.

⁴ O documento não foi publicado. Tem reprodução xerox em meu poder.

DP, doravante, 9.9.79, p. A-21). O instante zero do projeto data de 1968, tendo como inspiração a atuação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Pensava-se que era preciso dotar Pernambuco de indústrias de base em apoio ao processo desencadeado pela Sudene. O porto ficaria na bacia de Suape (ver mapa), a 40 km do do Recife, numa área imediatamente ao sul do cabo de Santo Agostinho, congregando em sua volta uma variedade de indústrias.

Segundo Prado (1974:1, 3), o projeto se justificava pelas exigências de “profundas transformações no enfoque ... adotado para o planejamento do Setor de Transportes [no Brasil]”, tendo em vista “vários requisitos de demanda de um país que cresce para dentro e para fora”. Quanto à escolha do local para isso – Suape, um espaço belíssimo, povoado de gente e contendo rios, praias, manguezais, matas, pomares de frutas e canaviais –, a justificativa residia em existirem ali “condições naturais propícias” para a instalação de um porto com boa profundidade. Além de “disponibilidade de retroterra para realização de obras portuárias”, retroterra até então “ocupada apenas por canaviais e alguns resíduos de mata e pequenos sítios” – certamente desimportantes –, além de banhada por “vários cursos d’água, que podem ter um aproveitamento maior de apoio ao próprio porto” (*DP*, 9.9.79, p. A-21). No dizer de Prado (1974:5-6),

“A busca de áreas adequadas para a implantação de portos à altura dos requisitos futuros, infelizmente, não encontra em nosso território um elenco amplo de alternativas. Fora de São Sebastião, em São Paulo, de Suape, em Pernambuco e de Ponta do Espadarte, no Pará, não se conhecem outras localidades que ressaltem tantos pontos a favor e características tão convidativas. Trata-se, portanto, em cada caso, de tirar o melhor partido das dádivas da natureza, afeiçoando-a segundo nossas necessidades e despertando-a para atividade profícua”.

Noutras palavras, a tarefa era encontrar “um local onde a contribuição da natureza fosse a mais generosa” (*id.*:6), seguindo o exemplo da Petrobras, que “descobriu” São Sebastião. Suape se apresentava então como “a melhor alternativa locacional para o Complexo” (Pernambuco, Diper, 1974:5)

De acordo com Prado, o governo de Pernambuco contara com a sorte e fora mais além no desenho de seu propósito, não se satisfazendo apenas em construir o porto; pensou igualmente na implantação ao lado dele de um grande distrito industrial, visando a despertar e estimular o interesse, junto com os recursos financeiros de investidores privados, “suficientes para, a um só golpe, alterarem a feição do Estado e levá-lo a uma contribuição mais ampla à Região e ao País” (Prado, 1974:6). Ou seja, uma “ação enérgica e intemorata ... em defesa do desenvolvimento” (*id.*:9). Não se levou em conta nesse raciocínio que a área do projeto, de beleza natural ímpar, tinha ocupação antiga, era bastante habitada e teria que ser muito desfigurada (Mota, 1978). O que, ao contrário, Prado (1974:10) sugere é que o local possuía área suficiente para a instalação do complexo industrial pretendido – e isso bastava. Disponha, com efeito, de terras “com a possibilidade de recuperação” e “que carecem de regularização, a ser promovida ... com material que se originará dos trabalhos de desmonte, terraplenagem e dragagem necessários à construção do porto escavado” (*id.*:10). Ao mesmo tempo, admitia a necessidade da “abertura de uma ou duas janelas no cordão de recifes, para acesso franco ao complexo lagunar, preservadas as condições de estabilidade do cordão e de manutenção da profundidade do canal” (Prado, 1974:12). Ou seja, destruição pura e simples da obra da natureza, motivada pela voracidade humana, sem nenhum drama de

consciência, sem nenhuma palavra de consolo quanto à intervenção brutal que se estava desenhando. Convém que se diga que, partindo do cabo de Santo Agostinho, forma-se na direção sul perfeita linha reta de uns cem metros de lagura de recifes de arenito ao longo de 15 km da costa, continuação da que se estende desde o Recife (a 30 km). Essa é uma característica do litoral pernambucano, acentuada em sua precisão e simetria de Suape ao pontal do Cupe, quando termina a linha reta em apreço. Charles Darwin (1809-1882) viu-a em 1836 e se admirou de sua harmoniosa linearidade, duvidando até de que fosse “obra da natureza, e não de engenharia”, como escreveu no seu livro de 1839 (três volumes) *Diário e Observações*.⁵

Na verdade, a certeza de Prado e do governo de Pernambuco não deveria ser tão eloqüente assim. Um relatório de abril de 1972, da Fundação de Estudos do Mar (do Rio de Janeiro), *Um Novo Porto para o Nordeste*, encomendado pelo governo pernambucano (Diper) e de autoria do oceanólogo e almirante Paulo de Castro Moreira da Silva (1919-1988)⁶, afirma no tocante a Suape (Moreira da Silva, 1972:26): “Seria mais uma ilusão construir esse porto. Ele é a conseqüência lógica da decisão política e do projeto econômico de que é instrumento ... Para se reintegrar no desenvolvimento nacional, o Nordeste tem de receber uma missão de desenvolvimento”. Ou seja, faltava saber para quê se estava pensando em empreendimento tão vultoso. Afinal, que Nordeste, que modelo de desenvolvimento se estava buscando? A suposição é de que, para que a integração de Suape na paisagem econômica, social e tecnológica de Pernambuco se desse de forma suave, sem os traumatismos do impacto, do salto de muitas etapas intermediárias que provocaria, o Nordeste teria que previamente sofrer profunda transformação. Paulo Moreira da Silva (1972:27) percebeu o alcance dessa exigência quando, em seu estudo técnico, asseverou: “O problema, dito cruamente, não é o de fazer ‘um porto para o Nordeste’, e sim o de fazer um Nordeste para um porto”. Essa era uma objeção, digamos assim, técnica. De qualquer maneira, significava uma restrição ao ufanismo que prevalecia, de fazer ver apenas os méritos incontestáveis da iniciativa.

O projeto concebido pelo consórcio Transcom admitia que Suape iria atrair “empreendimentos privados dinâmicos” totalizando cerca de 3 bilhões de dólares, em valores de 2008. As atividades previstas incluíam, “seja em função das exigências do desenvolvimento regional, seja pela existência de patrocinadores” (Prado, 1974: 16), uma refinaria de petróleo, um complexo de fertilizantes, uma fábrica de alumínio, uma de cimento e uma de pneumáticos. Essa visão, contudo, não teve aprovação unânime, mesmo no plano puramente econômico. Tal é, com efeito, o que se percebe do parecer emitido pelos professores Edinaldo Gomes Bastos (1942-1995, ex-reitor) e Alfredo Soares, de economia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 30 de setembro de 1974. Na conclusão do parecer⁷, recomendava-se que o documento da Transcom fosse “reelaborado, em bases mais sólidas”, em virtude de seus “erros, descuidos e argumentos questionáveis”, bem como de sua deficiência quanto a “indicadores plausíveis para orientar o planejamento ou estudos complementares”. A avaliação desfavorável – expressa com palavras enfáticas – não foi dada a conhecer ao

⁵ Ver Roberto Cavalcanti de Albuquerque, “Darwin e o Recife”, *Jornal do Commercio* (Recife), 3.2.2008.

⁶ Esse documento, não publicado, me foi entregue pelo historiador José Antonio Gonsalves de Mello, neto, em 1975, quando fui conversar com ele sobre o Manifesto. A cópia que possui não é boa, resultado de um processo de reprodução deficiente.

⁷ Cópia do documento em meu poder.

público interessado, uma omissão caracterizadora do paradigma impositivo do projeto, que não admitia objeções. A idéia da obra, com efeito, era apresentada de modo incontestável, como solução decorrente da melhor reflexão, da mais sábia postura governamental, do mais autêntico dom de manifestação da verdade definitiva.

3 A crítica dos “cientistas”

No dia 5 de abril de 1975, um sábado, o semanário *Jornal da Cidade* (ano II, nº 24, 6-12.4.75), hoje extinto, trouxe enorme manchete de capa, com os dizeres: “CIENTISTAS LANÇAM MANIFESTO CONTRA O COMPLEXO DE SUAPE”. Era a primeira crítica pública, em medida ampla, apresentada contra o projeto do governo pernambucano⁸. Na verdade, o número de outubro de 1973 da revista mensal *Confidencial Econômico* (ano 4, nº 1, p. 31), uma bem escrita publicação recifense, havia estampado carta que lhe fiz, intitulando a matéria de “Diretor do IJNPS critica porto de Suape e dá motivos”. Eu a começava afirmando que a redigia “para que não se diga mais tarde que não houve quem protestasse contra o apressado projeto de construção do porto de Suape”. Argumentava que não se devia destruir a natureza sem mais aquela, como se fez com a Mata Atlântica ao longo da colonização e nos tempos seguintes. Procurava chamar a atenção para se evitarem “os erros passados, pelo caráter lamentavelmente irreversível das decisões tomadas, sem maior consideração de custos e benefícios de prazo longuíssimo”. E concluía com a consideração de que “um pouco mais de reflexão valeria a pena, numa situação como a de Suape”, declarando: “pouco está a meu alcance fazer para impedir que violência como a construção de um porto em Suape se efetive. Mas não abdicarei do pouco que me resta nesse campo”. O erudito jornalista Marco Aurélio de Alcântara, editor da revista, depois de transcrição da carta, inseriu nota afirmando taxativamente não concordar com minha perspectiva. Essa ressalva não é comum em publicações que reproduzem opiniões de leitores (uma leitura regular, por exemplo, da conservadora *The Economist* revela bem isso), por mais divergentes que sejam. Apenas em casos de discordância extrema, tal acontece. Foi, naturalmente, o que ocorreu com *Confidencial Econômico* – evidenciando o caráter arriscado da crítica a uma ação governamental que se presumia dogmaticamente acima do bem e do mal.

É nessa atmosfera de risco de crítica ousada – de ausência total de crítica, de fato – que se insere o lançamento do “Manifesto contra o complexo de Suape”. Seu ponto de partida⁹ foi a premissa de que se tinha “firmado como tradição do estilo recente de promover o desenvolvimento econômico ... o lançamento pelo governo de grandes projetos de sua iniciativa que as autoridades presumem consultar o interesse público e julgam satisfazer as aspirações da população, sem que uma consulta à última seja efetivamente realizada” (o projeto da transposição do São Francisco mostra que tal postura continua imperialmente vigorando). E de que isso não significava que a sociedade devesse se retrair na manifestação de opinião, mas, ao contrário, reagir “contra a pretensão de transformar em verdade indiscutível a tradição autocrática” de imposição

⁸ O manifesto foi reproduzido pelos dois maiores jornais do Recife, *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*, no dia seguinte.

⁹ As citações a seguir são do número do *Jornal da Cidade* em apreço. O texto saiu com alguns senões tipográficos, comuns então, os quais são aqui corrigidos.

das decisões de cima para baixo. O manifesto comentava a omissão de discussão quanto a taxas de retorno do projeto, usos alternativos do dinheiro público destinado a Suape, relação de custo-benefício da iniciativa, etc. E reclamava da “maneira quase histórica com que se fala do projeto, anunciando-se tão-só suas vantagens, sem nenhuma alusão àquilo que os economistas em seu esoterismo vocabular classificam de ‘custos de oportunidade’”. Registrava ademais “a obsessão em que se transformou a implantação do parque industrial e pólo portuário de Suape”. O documento dedicava metade de sua argumentação a contestações no plano econômico. Era imperioso que assim procedesse, por duas razões principais. Primeiro, porque a economia era o móvel essencial do projeto. Em segundo lugar, porque, na época, não havia condições de uma análise de parâmetros ecológicos, até por nenhuma iniciativa pública (do tipo da Transamazônica, da ponte Rio-Niterói, Itaipu, Programa Nuclear, etc., empreendimentos de então) abrir espaço para avaliações de impacto ambiental. O tema simplesmente não existia.

Ninguém, praticamente, se preocupava em 1972-1975 com ações em defesa do meio ambiente. O assunto era de baixa popularidade, para todos efeitos ignorado, e não havia um movimento ecologista atuante no país (ver Viola, 1992); nem em Pernambuco. Assim é que o manifesto só vai tocar no problema depois de metade do equivalente a cinco páginas de texto *word*, Times New Roman, tamanho 12. Diz lá: “Uma palavra por outro lado para o admirável cenário, verdadeiro patrimônio artístico, que a natureza ergueu em Suape”. O tema da beleza natural foi invocado porque era o ponto que mais poderia provocar interesse do público, dada sua importância para o turismo, tópico ressaltado no parágrafo anterior do manifesto, quando se exaltaram “as vantagens turísticas pernambucanas”, relevantes do ponto de vista de uma atividade econômica rentável como alternativa ao complexo industrial-portuário. Eu freqüentava assiduamente, nos fins de semana, com a família e amigos, a região do “complexo lagunar” mencionada por Prado (1974:12), especialmente a desconhecida, bela e isolada (não mais) praia de Muro Alto. Começou a me preocupar a deformação que se iria processar ali. Algumas vezes, não me contive, e arranquei pesadíssimos marcos de pedra e cimento colocados em pontos da área pela empresa Transcom, que nós encontrávamos na areia¹⁰. Era minha forma de começar uma peleja ambientalista. Seria “inconseqüente, puxada ao quixotismo”? Não me convenci até agora disso.

Daí, a articulação de idéias apresentada no manifesto que colocava a questão de se ponderar a “sabedoria de se alterar irreversivelmente a paisagem de que Suape foi dotada”, mesmo que os recursos do projeto “estivessem efetivamente sendo otimizados”. Dizia o documento:

“Permitir que no sítio escolhido se construa um porto e um complexo de fábricas implica em perda definitiva de uma riqueza que faz parte do acervo de Pernambuco. Isto, em qualquer raciocínio analítico, representa um custo ... é lícito especular sobre se os benefícios esperados no longo prazo superarão com tranqüila margem aquilo que se estima serem os custos decorrentes do sacrifício que se imporá à paisagem –

¹⁰ Uma nota a esse respeito chegou a aparecer no *Jornal da Semana* (Recife), semanário também desaparecido, de 13-19.4.75, com o título “A diversão do marco”. Diz ela: “Numa praia bonita como a de Suape, parece que a melhor forma de curtir é tomar banho, estirar-se na areia, ficar à sombra dos coqueiros, fazer castelos de areia ou simplesmente matar o tempo olhando a paisagem. Mas há quem, alheio a tudo isso, se dê ao insano trabalho de arrancar marcos, numa forma de protesto contra a implantação do Complexo Industrial de Suape. É uma atitude infantil, inconseqüente, puxada ao quixotismo, mas com ela se delicia um dos cientistas que assinaram o manifesto contra o projeto”. Não sei como souberam disso.

para não trazer à baila problemas igualmente relevantes relacionados com a poluição do meio ambiente ... Não é só Suape que pagará, em termos de mutilação do meio ambiente e de deterioração da qualidade de vida ... Todo um conjunto de recantos preferidos serão também sacrificados.”

O manifesto alude ainda à significação histórica de Suape, onde eram freqüentes os achados arqueológicos, muitos deles feitos por Ulysses Pernambucano de Mello, neto, filho de José Antonio Gonsalves de Mello, neto, os quais me foram mostrados por este último.

Finalizando, afirmava-se:

“Tudo isso exige que se tome uma posição. Que se denuncie a fragilidade de um planejamento exclusivamente voltado para a promoção tacanha da produção de mercadorias e da renda *per capita*, não importando que custos a sociedade está pagando ... Que se considerem a experiência e sobretudo os equívocos cometidos pelos países já industrializados e que hoje lamentam a tomada de certas decisões pouco sábias, inclusive e principalmente no que se refere à detestada e combatida poluição do meio ambiente ... convém que se enfatize o perigo que é para nosso mar a instalação de fábricas gigantescas de fertilizantes e de alumínio junto à costa pernambucana.”

4 Reações que a crítica provocou

Para surpresa dos signatários, o manifesto provocou grandes reações quando foi lançado. Isso pode ser constatado por uma consulta aos jornais pernambucanos da época. Antes do lançamento não se imaginava que, em um mundo de visões monolíticas e pensamento aparentemente único, uma avaliação ecológica de projeto econômico feita por professores universitários longe da ribalta pudesse causar maior alvoroço. Mas foi o que sucedeu (durante semanas) – com uma segunda rodada de reações aparecendo em 1979, por conta de uma ressurgência das críticas. No primeiro momento, em abril de 1975, o clima parecia de início um tanto calmo. O *DP* de 8 de abril (p. 5, Primeiro Caderno) publica nota oficial do Serviço de Imprensa de Pernambuco (governo estadual) respondendo ao manifesto. A nota começa com a afirmação de que “os técnicos” que o analisaram “apenas encontraram bases emocionais e pressa na crítica, com total desconhecimento do assunto”. A nota rebate os argumentos econômicos dos “cientistas” e diz estarem eles desinformados, acrescentando: “Pecam, portanto, pela distorção, as conclusões que os signatários quiseram apresentar como corretas perante a opinião pública”. Ainda: o projeto de Suape “trará emprego, melhorará as condições de vida das populações do Estado e dará condições de aumentar a produtividade dos campos de Pernambuco e da região”, absorvendo “o excedente de população do meio rural da micro-região onde se localizará” – coisas que, mais de três décadas depois, são negadas pelos fatos. Quanto à crítica ecológica, a nota assegura não haver perigo de poluição com o projeto. A razão: “há no projeto e será executado [*sic*], uma central de tratamento de resíduos, que os autores do documento não enxergaram. Há também uma barreira de proteção ecológica, com reflorestamento, etc.” No tocante à falta de discussão da iniciativa, de consulta à sociedade, rebate a nota: “As consultas se fizeram, pois a Assembléia Legislativa aprovou o projeto, através do Prac, e os órgãos de classe e Clube

de Serviço debateram e deram seu apoio”. Sublinha ainda – de forma algo surrealista – que o legislativo estadual “inclusive, enviou aplausos ao Presidente Ernesto Geisel, pela inclusão do Projeto Suape no II PND” e que “o Conselho Estadual de Cultura, sob a presidência do Mestre Gilberto Freyre, louvou o projeto por sua preocupação em preservar os sítios históricos e cuidar da defesa do meio ambiente”. Que essa preocupação não era prevista deduz-se claramente do que escreveu em 2007 o secretário de Planejamento de Pernambuco de 1975, Luiz Otávio Cavalcanti, a respeito de Suape e dos que o contestavam: “O movimento que se opunha à construção de Suape colaborou, com suas opiniões, para que o governo adotasse medidas oportunas, voltadas ao controle ambiental”¹¹. Essas medidas, por conseguinte, antes inexistiam. A nota do governo estadual de abril de 1975 conclui dizendo que era “lamentável que se pretenda criticar um projeto argumentando em benefício de alguns (turistas) e em detrimento de todos, do desenvolvimento, que é o objetivo final”. Como se preservar a natureza só produzisse benefícios para quem se embevece com um cenário sem modificações deformadoras.

Aí fica patente o descompasso entre o pensamento ecológico dos que levantavam razões contra a obra e a crença cega, dominante também nos dias atuais, nos poderes ilimitados do crescimento econômico (escondido, este, sob o disfarce perigoso do desenvolvimento). A crença era (é) de todos, praticamente. Na mesma página em que o *DP* de 8.4.1975 publicou a nota oficial do governo do estado, aparece matéria do jornal em que se anuncia que a Assembléia Legislativa de Pernambuco (ALP), por iniciativa do deputado Roberto Freire (MDB, oposição) – que seria apoiada pelo deputado Nivaldo Machado, líder do governo (*DP*, 9.4.1975) –, ouviria o secretário de governo responsável pela execução do complexo (Anchieta Hélcias, de Indústria e Comércio) do mesmo modo que os cientistas que assinaram o manifesto. Segundo o deputado, porém, um ferrenho inimigo da ditadura militar e de seus prepostos estaduais – a exemplo do então governador pernambucano Moura Cavalcanti –, “a própria oposição ... agiu no sentido de incentivar e aprovar os estudos de viabilidade do projeto”, por considerar que Suape era “a melhor opção, a que melhor otimizava os recursos escassos do estado e rarefeitos, do governo federal, para esta região canalizados”. Mas, em face do manifesto, justificava-se a convocação de uma audiência pública, como se diria agora, e que a “Assembléia não pode se furtar à discussão da matéria”. Outro deputado do MDB, Marcus Cunha, pediu na ocasião a transcrição do manifesto em ata, defendendo que o assunto interessava “de perto, ao povo pernambucano” (*DP*, 8.4.1975). Aliás, equivocadamente, o mesmo jornal noticiava que o documento havia sido subscrito também pelos professores da UFPE Gerson Teixeira da Costa, de Engenharia, e Manoel Correia de Andrade, de Economia¹². Um terceiro deputado emedebista, de menor prestígio, Manoel Gilberto, aproveitou a ocasião da convocação da audiência pública para lembrar que há dois anos pedia explicações ao governo do estado sobre o projeto, e não era ouvido. A visão do oposicionista era rebatida pelo deputado governista Wandenkolk Wanderley – conhecido delegado de polícia que costumava usar da violência contra quem discordava de suas idéias –, que enfatizou: “A implantação de Suape propiciará ao Nordeste e ao Brasil o

¹¹ Luiz Otávio Cavalcanti, “Pernambuco se modernizando (1975/1979)”, *Blog da Folha*, 2.4.2007, <http://www.blogdafolha.com.br/permalink.php?id=910&secao=>, acesso em 27.2.2008.

¹² O prof. Manoel Correia escreveu carta sobre o assunto ao *DP*, a qual foi publicada em 10.4.1975. Nela afirmou que fora por mim procurado, “no gabinete da Profa. Silke Weber” e que, por desconhecer o conteúdo do projeto “não [podia], em consequência, emitir opinião favorável ou contrária” a ele.

maior sucesso e o melhor êxito em nosso desenvolvimento”. Essa opinião, na verdade, era de toda a bancada do governo, como se pode aferir nos anais da ALP e na imprensa pernambucana.

A linha dominante de contestação ao manifesto, que os defensores do projeto adotavam, era a da importância de Suape para o desenvolvimento de Pernambuco. No oficialismo, nenhuma voz discordava da idéia. Mas a imprensa, a princípio, mostrou alguma receptividade à argumentação contrária dos “cientistas”. Editorial do *DP* de 8.4.1975 observava a respeito: “É inegável o otimismo fofo com que o projeto de Suape se viu cercado, numa repetição atualizada do ufanismo”. Adicionava que, dado o peso da crítica, um reestudo do empreendimento se fazia necessário, ressaltando que “o reestudo não implica em aceitação da tese anti-Suape”. O que dependia, como queria o mesmo editorial, de que o secretário Anchieta Hércias espatifasse “todos os argumentos contrários”. Mas reconhecia que os signatários do manifesto não eram “pessoas que necessitam de alvoroços impresos para se fazerem lembradas”, que não deveriam ser temidos, que o debate era necessário, concluindo (assim mesmo, em espanhol): “*Que venga el toro!*” Tom semelhante adotou o *Jornal do Commercio* (*JC* daqui em diante), do Recife, de 10.4.1975, que perguntava em editorial: “Será Suape uma ilusão, uma utopia, um gasto excessivo, um planejamento sem sentido?” No entanto, no mesmo editorial reclamava: “Talvez o manifesto devesse ter sido dado à publicidade um pouco antes”, pois “teria sido melhor” que ele fosse publicado “quando o snr. Eraldo Gueiros Leite [que saía do cargo em 15.3.1975] se achava no governo”. Como se a posição de crítica fosse a um governador ou outro, e não a uma idéia, a uma obsessão, a um mantra oficial.

No dia 9.4.1975, Gilberto Freyre, citado na nota do governo estadual, comunicava em entrevista ao *DP*: “sou um dos que, agora, reconhece serem duvidosos os benefícios de ordem econômica que este porto trará para Pernambuco”. Aproveitou inclusive para dizer que não tinha assinado o manifesto (procurei-o nesse sentido) por sua posição anteriormente favorável ao governo. Tal posição resultara de explicações que, visitado como presidente do Conselho Estadual de Cultura, lhe dera um “representante oficial do governo anterior”. Concluía: “cedi ao argumento talvez mais emocional do que objetivo, de corresponder o Projeto a necessidade de Pernambuco”. O “emocional”, no caso, podendo ser entendido como fruto do apelo de se acabar com a miséria, o desemprego, a inchação das cidades, etc. Isso fica patente quando o funcionário diz a Gilberto Freyre, segundo este, que o superporto, se não ficasse em Suape, “seria construído noutra Estado, com prejuízo para Pernambuco. O que sensibilizou minha conhecida pernambucanidade”. E aí reconhece que Suape provocaria “não pequenos sacrifícios de natureza estética, de caráter histórico, de alcance ecológico”.

Havia uma linha oficial de endeusamento do empreendimento que esmagava todas as reações contrárias. O deputado Manoel Gilberto não era ouvido. Gilberto Freyre se sentia enganado. Desprezavam-se as poucas vozes discordantes. Quando muito, se dizia que estavam equivocadas. Como fizeram que assim pensasse o médico-escritor José Nivaldo, que escreveu no *JC*, de 9.4.1975, sobre a impressão que tivera quando viu a propaganda do complexo: “Pareceu-me ... fantasioso, ... fora de nossa realidade agrícola”. E que gente como ele, “perus”, “dão palpite de enxeridos que são”. Para ele: “Alguns tecnocratas complicam tanto seus esquemas que o bom senso do povo não consegue penetrá-los. Resta-nos apenas o direito de saber à distância, que esses planos viraram contos de carochinha”. A visão que vai se construir a partir desse momento, porém, não

será de ceticismo – muito menos de contestação – ao projeto do porto. O *JC*, no mesmo dia 9.4.1975, assumindo em editorial a defesa de Suape, e lembrando que o historiador pernambucano Oliveira Lima (1867-1928) considerava “que o Recife era a capital mundial da inveja”, perguntava: “A quem interessam os emocionais debates políticos em torno de Suape? Certamente, àqueles mesmo de quem falava Oliveira Lima”. Completa: “Suape ... dará a Pernambuco importante área ... capaz de atrair para o Estado outros ambiciosos projetos, inclusive uma possível refinaria”; e protegerá o meio ambiente, inclusive com “uma área de reflorestamento – o que seria uma ‘barragem antipoluição’ –, uma central de resíduos e até o Museu do Mar”. Daí, posicionamentos como o de um importante jornalista da época, Edmundo Morais, em sua coluna “Periscópio”, no *DP* de 10.4.1975: “Não entendo ... como vozes pernambucanas se levantam contra esta cópia de iniciativas que me parecem vitais para o nosso Estado. Entenderia, sim, se tais vozes fossem paulistas, bahianas, embora em nenhum momento duvide da boa fé e da honestidade de propósitos dos qualificados opositores de Suape”. Esse voto de confiança não foi dado pelo *Jornal da Semana*, periódico menos expressivo e hoje extinto, que atribuiu aos críticos de Suape – edição de 13-19.4.1975, p. 3 – “incrível capacidade de advinhar”, além, “ao que parece”, de acharem “que têm o domínio da verdade”. Por isso, negando-lhes autoridade para o que escreveram em seu manifesto, endossava a tese de que o projeto tinha a função de eixo estratégico “na concepção de um programa de efetiva expansão econômica para Pernambuco”.

Tentando esclarecer sua posição diante da massa de manifestações que se seguiram imediatamente ao manifesto – não só nos jornais, mas também no rádio e na própria televisão¹³ –, seus subscritores resolveram publicar longa nota, intitulada “Ainda a propósito de Suape” – um segundo manifesto –, o que aconteceu no dia 11.4.1975 (somente o *JC* publicou-o na íntegra; o *DP*, *Jornal da Cidade* e *Jornal da Semana* fizeram cortes, divulgando apenas o que acharam mais importante¹⁴). Nela, remete-se à noção do ecodesenvolvimento, de Ignacy Sachs, cujo nome é mencionado. Conclui a nota dos opositores do projeto: “não é tanto a defesa da paisagem como manifestação estética que está envolvida na contestação a Suape, e sim a do meio ambiente, do qual depende a qualidade da vida humana e a preservação do próprio homem”. Era clara, portanto, a visão ecologista da crítica. O segundo texto dos “cientistas”, a propósito, resultou de um debate dentro do grupo, envolvendo principalmente Renato Duarte, Renato Carneiro Campos, Roberto Martins e a mim próprio (reunimo-nos umas três vezes entre os dias 7 e 9.4.1975). Discutimos nossa proposta e o perfil ambientalista da crítica definiu-se melhor. O que permitiu que se tornasse mais forte o contraste com a posição oficial, a favor do desenvolvimento a todo custo. É nesse marco que o secretário Ancieta Hércias, em solenidade oficial no dia 11.4.1975 (*DP*, 12.4.1975, Primeiro Caderno, p. 7), declara que Suape é “a única opção que Pernambuco tem para crescer mais”. A partir daí, o tom

¹³ O governador Moura Cavalcanti – com quem eu tinha boa relação – fez furioso pronunciamento pelos canais de TV recifenses no dia 9 de abril de 1975 esbravejando contra os signatários do manifesto. Afirmou com cara feia que não permitiria que um punhado de lunáticos impedisse o “desenvolvimento de Pernambuco” e os esforços que seu governo faria para “acabar com a miséria” no estado. É de lamentar que eu não tenha gravado a aparição do governador na TV. Não sei se ela pode ser localizada em algum arquivo. Mas o *Jornal da Cidade* de 13-19.4.1975 estampa a seguinte declaração sua: “Não deixarei que as sutilezas da paisagem ... se sobreponham à sensibilidade dos estômagos vazios”.

¹⁴ Protestei contra isso em carta ao diretor-executivo do *DP*, Antônio Camelo, no mesmo 11 de abril. A carta não foi publicada. Quanto aos demais jornais, achei que não valia a pena fazer protesto.

do embate se torna mais hostil e até desrespeitoso, como na nota do *Jornal da Semana* (13-19.4.1975, p. 5), em que sugere: “Quando cientista dá a sua sentença, leigo deve restringir-se à sua insignificância ou, em linguagem mais terra-terra, botar o rabo entre as pernas”. Em tom pouco simpático também, Marco Aurélio de Alcântara, em sua coluna “Panorama Econômico” (*DP*, 13.4.1975), proclamando ter uma “filosofia e ideologia ... desenvolvimentista”, considerava que “a contestação a Suape é uma mesquinha do pior tipo”. E que era “inadmissível que um grupo de intelectuais responsáveis vá aos jornais criticar um projeto que somente *benefícios trará ao Estado*” (grifo seu). Sua justificativa era de que

“não é concebível que se procure obstruir um projeto de governo sob uma *perspectiva naturalista* [grifo seu] da paisagem de Pernambuco, que, como geografia bucólica, pode servir ao deleite estético, mas não se transforma em riqueza geradora de empresas e bem-estar para milhares de pessoas”.

Concluindo:

“E Pernambuco? Continuará a oferecer ao Brasil esse espetáculo degradante de inveja, mesquinhez, paroquialismo e caciquismo em torno de seu projeto maior, Suape?”

No mesmo dia 13 de abril, o *DP* noticiava: “Trabalhador da orla apóia Suape”. A razão: “Suape trará emprego, melhorará as condições de vida do trabalhador da orla marítima”. Quem o declarava era um estivador, Moisés José de Melo, em nome da categoria. Segundo ele, os trabalhadores “são totalmente contrários ao argumento da preservação da paisagem histórica e natural de Suape”. E consideram isso um “entrave ao desenvolvimento social e econômico do estado”. Ao lado da mesma matéria, o *DP* exibia declarações de José Antonio Gonsalves de Mello, neto, de cunho totalmente distinto. Nelas, o historiador falava dos prejuízos sofridos por Pernambuco com a destruição do patrimônio histórico, citando os exemplos das igrejas do Corpo Santo e dos Martírios, dos arcos da Conceição e de Santo Antônio, do Forte do Buraco, no Recife – tudo, “pelo que se considerou *exigência* do progresso”. Suape era também “cultura, civismo e fé ... ali estão as marcas da epopéia pernambucana na luta contra o invasor no séc. XVII”. Opinião minoritária, contrariada ainda em 13.5.1975, no *JC*, pelo jornalista João Lyra Neto, em sua coluna “Hortas e Campos”, que diz: “investimentos de infra-estrutura [caso de Suape] ... transcendem a considerações quanto à deformação de paisagem, profanação de sítios e etc. [*sic*]”. O mesmo argumento foi usado, segundo Gilberto Freyre (desta vez em artigo de domingo, que sempre escreveu, no *DP*, 13.4.1975), por “representante oficial” do governo de Pernambuco, que foi ao Conselho Estadual de Cultura por ele presidido para pedir o apoio do órgão ao projeto de Suape – fato já mencionado linhas atrás. Tão enfática foi a referência ao argumento pelo funcionário, que Gilberto Freyre se sentiu convencido, “o que fiz sem entusiasmo ... Simplesmente convencido”, como se exprimiu. O representante do governo teria dito que Suape “se tratava de projeto definitivo – já sem possibilidade senão de ligeiras alterações”, por se tratar “de questão de vida e morte para a economia de Pernambuco”¹⁵. Esse mesmo foi o diapasão de pronunciamento de Lafayette Prado, da Transcom, “numa reunião especial com

¹⁵ No dia 27.4.1975, no seu artigo dominical do *DP* (periodicidade que durou várias décadas), “Sem zanga nem rancor”, Gilberto Freyre explica mais uma vez por que mudou de opinião: “Sempre pronto a mudar de opinião, quando se trata do futuro brasileiro, não hesito em confessar que opiniões ... expressando dúvidas quanto aos benefícios ... de Suape, muito me vêm abalando”.

secretários de Estado; a imagem de Suape já está vendida e não se pode voltar à estaca zero” (coluna do respeitado jornalista-escritor Paulo Fernando Craveiro, *DP*, 16.4.1975, Segundo Caderno, p. 7). Para Freyre (*DP*, 27.4.1975), o projeto foi “elaborado à la Luís XV ou à la Faraó: sem consultas”. Mesmo assim, ele teria pedido ao governo que não cedesse às “conveniências de ordem puramente econômica ou de caráter somente tecnológico”. Que desse importância aos “de modo algum desprezíveis valores paisagísticos, históricos e ecológicos”. Aproveitou para defender os signatários do manifesto, que reputou “da mais alta responsabilidade, redigido magistralmente por um deles, e este jovem e notável economista”.

Uma das linhas de ataque ao manifesto contra Suape – como forma de esvaziá-lo – tomou o caminho do deboche ou da gozação. Nada de signatários responsáveis, como classificou Gilberto Freyre. Os “cientistas” do documento não mereciam crédito. Ilustração desse modelo se encontra em notinhas da coluna “Política”, do *DP*, em 14.4.1975. Uma delas tem tom divertido. Intitula-se “É a...” E conta: “quando um jornalista encontrou um amigo de grande saber, na Ponte Duarte Coelho, saudou-o: – Como vai o ilustre cientista? – Cientista é a mãe, bicho”. Outra entrada da coluna: “Sábado passado, um colega aqui da redação encontrou um cientista, no Janga, procurando ‘a entrada de Suape’, levando uma luneta, vários mapas, sanduíches, refrigerante e uma esbelta secretária. Parece que ia estudar Anatomia”. Mais outra:

“Pelo segundo manifesto dos cientistas, parece que o principal mesmo é preservar a paisagem de Suape. A poluição vem em segundo plano. Tanto é assim que os *sábios* [grifo meu] apontaram duas opções para o complexo [verdade, fizemos isso]: Goiana ou Tamandaré, o que torna evidente que a poluição pode muito bem ser deslocada”.

No sentido de defender Suape, a nota dos signatários do manifesto, publicada no dia 11 de abril, propunha efetivamente que fossem procurados outros sítios para o superporto. Mas ressalvava: “se porventura ficar demonstrado que inexistem opções de outros caminhos para o ansiado desenvolvimento de Pernambuco”. Foi uma tentativa de não radicalizar a postura de combate. Desnecessária, pode-se dizer agora, pois a radicalização vinha com a própria negação dos méritos supostamente indiscutíveis do projeto – “questão de vida e morte” –, méritos que o governo pernambucano alardeava dogmaticamente. Tanto que a própria oposição os reconhecia. Outra ironia sobre o manifesto, mais sutil, foi de Paulo Fernando Craveiro, em sua coluna no *DP* de 16.4.1975:

“Quem primeiro atentou contra a paisagem do Brasil foi Pedro Álvares Cabral, disse em reunião secreta [para quê?], no Recife, o diretor da Transcom, Lafayette Prado, presidente da empresa que projeta Suape”.

O *Jornal da Cidade*, de 13-19.4.1975, preferiu uma charge do humorista que se assinava RAL. Nela, deitada em divã, uma figura de banqueiro (barrigudo, charutão e cartola, jogando moeda para o ar) dizia para o psicanalista: “O meu complexo, doutor, é o de Suape”. A brincadeira, na verdade, podia ser interpretada como uma ridicularização da posição oficial.

Os méritos do complexo eram sublinhados por pessoas de todas as tendências políticas. O deputado cassado, ligado ao então exilado Miguel Arraes, Artur Lima Cavalcanti, expoente da oposição ao regime militar em Pernambuco e amigo íntimo de Renato Carneiro Campos¹⁶ (signatário do manifesto), esquerdistas ambos, por exemplo,

¹⁶ Renato Carneiro Campos é tio do atual governador de Pernambuco, Eduardo Campos.

reconhece (*DP*, 14.4.1975): Suape é “um empreendimento que representa uma das únicas saídas para a região ... como fonte de progresso, de mão-de-obra e bem-estar social”. Para ele, não havia alternativa para o complexo, a não ser Suape. Esse local “apresenta retroterra plana junto a um litoral de grandes profundidades, de condições raras em todo o mundo e situado no vértice do Nordeste”. A matéria jornalística sobre a posição de Artur Lima menciona carta que ele escreveu a Renato Campos procurando “melhor esclarecê-lo e tranquilizá-lo quanto ao que o complexo de Suape poderá representar em termos de humanização e respeito ao meio ambiente”. E diz que, segundo Artur Lima, um planejamento adequado tinha sido concebido no plano urbanístico para as cidades da região do porto, “para evitar a ocupação desordenada, que as transforme em áreas deterioradas com a desastrosa conurbação ocorrida no ABC paulista e na baixada fluminense”. Pobre previsão. O que há em Ipojuca e Cabo do Santo Agostinho, as cidades da área de Suape, é exatamente urbanização calamitosa, com todos os problemas associados a pobreza, violência e falta de serviços básicos que se observam nas cidades inchadas do país. Depois de elogiar os “cientistas” por “esta luta corajosa, benéfica e de profundo significado humano, que vocês resolveram travar, na hora certa, em defesa da ecologia”, diz Artur Lima que a iniciativa do manifesto “servirá de inestimável brado de alerta ... [para] que o futuro distrito de Suape venha a ser implantado em benefício do homem”. Todavia, conclui:

“Em nome dos interesses da região nordestina, evitemos a polêmica sempre que estéril e cuidemos de somar esforços na afirmação de que Pernambuco não pode prescindir de Suape e que este não deverá cometer nenhum atentado aos respeitáveis aspectos ecológicos que devem ser devida e plenamente levados em conta”.

Com tanta exaltação das virtudes do projeto, vistas na ótica do desenvolvimento econômico como panacéia para os males da vida pernambucana, não admira que, nas semanas seguintes ao lançamento do manifesto, fosse generalizada a crença em tais virtudes – ou, pelo menos, a crença que os jornais relatavam. O principal líder da oposição aos militares em Pernambuco em 1975, o senador Marcos Freire, eleito de forma quase heróica em 1974, engrossa a lista dos que estavam do lado do governo (que combatia de forma contundente em outros planos). Isso aconteceu publicamente em sessão do Senado Federal em 15.4.1975, conforme noticiário da imprensa do dia seguinte (*DP*, 16.4.1975, p. 1). Disse ele em Brasília: “Ninguém pode ser contra um complexo industrial portuário que venha tornar mais dinâmico o ritmo de nosso progresso”. Teve o cuidado, porém, de mostrar respeito pela argumentação do manifesto. Disse ainda que “parece ter havido açodamento na manutenção da idéia que não foi precedida por ampla abertura de debates, junto aos meios técnicos e científicos do País”. Concordava, por outro lado – procurando sempre assumir posição neutra –, que Suape poderia “ser um dos fatores detonadores de um grande surto de industrialização dinâmica regional”. E que o problema do complexo tinha sido “posto na ordem do dia por homens que estão acima de paixões partidárias” que mereciam “eles – e a opinião pública despertada para a questão – os mais exaustos esclarecimentos”. Mas, em síntese, julgava “que o Governo possa demonstrar [os méritos e malefícios do projeto] exaustiva e tranquilamente”. E que: “É preciso ser a favor de Suape, não apenas porque vai carrear recursos ... mas pelo fato, que se possa demonstrar, de ser ele, entre outras possíveis, a alternativa mais válida e oportuna para todos nós”. Como senador, recusava-se “a tomar uma posição passional em torno do assunto”, preferindo o termo da “isenção e serenidade”. Dada a importância de

Marcos Freire no cenário político da época, sua posição “isenta e serena” é óbvio que isolava mais o manifesto do que arregimentava opiniões a seu favor. Ou seja, ajudava os promotores da idéia. A imprensa soube aproveitar isso com manchetes de primeira página como “Marcos Freire defende o complexo de Suape” (*DP*, 16.4.1975).

A partir daí, serão sucessivas as monolíticas declarações pró-projeto. No dia 16.4.1975, o *DP* já comunicava: “CDL-Recife externa apoio ao governo do Estado pela execução do Projeto Suape”. Assim se expressara o presidente do CDL (Clube de Diretores Lojistas), José Anchieta Alves, transmitindo decisão unânime da diretoria do Clube. Acrescentava: o CDL “não pode silenciar nessa hora em que se *investe contra* [grifo meu] o complexo industrial e portuário de Suape e hipoteca irrestrita solidariedade ao governador Moura Cavalcanti”. Tomava essa decisão porque o complexo de Suape era “a maior opção econômica de Pernambuco”. Um deputado opositor, cauteloso em muitos assuntos, João Ferreira Lima, aparece logo adiante dizendo considerar “o complexo muito importante para o Norte e Nordeste”; em seguida, defende o debate, sugerindo, entretanto, “que o Governo Federal amplie a verba ... para implantação [do porto]” (coluna de Paulo Fernando Craveiro, *DP*, 17.4.1975). Para reforçar a defesa do governo no plano talvez mais objetivo do que emocional – como diria Gilberto Freyre –, o articulado secretário de Planejamento Luiz Otávio Cavalcanti trata do assunto de Suape em conversa-almoço do Clube dos Repórteres Políticos de Pernambuco no dia 16 de abril (*DP*, 17.4.1975). Declara, porém, de maneira sóbria e inteligente, considerar o local do porto uma boa alternativa, mas “certamente não é a única”.

Sua atitude – o secretário sempre foi, e continua sendo, uma pessoa culta e sensível – destoava do universo ao seu redor, de seguidores fanáticos da seita desenvolvimentista. Caso, por exemplo, como não poderia deixar de ser, do engenheiro Benito Bruno, integrante da Transcom e um dos responsáveis pelo projeto de Suape, em carta ao jornalista Edmundo Morais, publicada na coluna deste, “Periscópio” (*DP*), em 24.4.1975. Palavras suas: “Restaria perguntar a que interessa lançar a opinião pública um manifesto *contra* o complexo de Suape”. Complementadas mais adiante: “Em termos de contestação, tive a comprovação de se tratar de um desserviço, na medida em que um empresário americano, interessado ... no Complexo de Suape, me procurou para esclarecer o que estava se passando” depois da celeuma causada pelo manifesto. Sua conclusão: “há muito passionalismo [dos signatários do manifesto] em torno do assunto, passionalismo este que vem prestando um desserviço ao Nordeste”. Palavras neutras, não-passionais? A essa manifestação de Benito Bruno, respondi através de carta pessoal (do mesmo 24.4.1975) a Edmundo Morais, publicada em 27.4.1975 no *DP*, em que sublinhei: “move-me unicamente a crença, apoiada na experiência internacional sobre a matéria, de que um parque industrial de grandes proporções modifica irreversivelmente a paisagem e o meio ambiente”. Acrescentei ainda: “penso que o custo social de longo prazo do empreendimento não sustenta os retornos que dele advirão”. Dava, por fim, minha posição de fundo:

“julgo que em todos os pronunciamentos subestima-se lamentavelmente a importância do meio ambiente, da paisagem natural, do equilíbrio ecológico, da riqueza inestimável que Suape representa para Pernambuco”.

Aos poucos, chegava aonde queria, ou seja, defender o que, na época, era indefensável – a natureza. Essa visão de mundo não era popular – e continua não sendo. Exemplo disso foi a opinião de um inventor e tecnólogo pernambucano, já velhinho em 1975, José

Augusto de Farias, que era muito ouvido pela imprensa, funcionando como uma espécie de caixa de ressonância da população. Indagado sobre o conflito dos a favor e contra o projeto de Suape, expressou-se de maneira contundente no *DP* de 25.4.1975: “Suape deve ser implantado imediatamente a qualquer custo monetário e de esforço executivo”. Era a sentença geral, sintetizada no pronunciamento de um pernambucano, o engenheiro Arnaldo Barbalho, secretário-geral, na época, do Ministério das Minas e Energia (*DP*, 7.5.1975, Primeiro Caderno, p. 8):

“Suape representa o resultado do trabalho árduo de todo o conjunto de homens [e de mulheres, se diria hoje] de vontade firme e cheios de amor por seus semelhantes, que representam em último resultado os seus reais beneficiários. Estou certo que ali se fundará uma economia pujante, geradora de empregos e de riquezas. Pernambuco, por seus filhos [e filhas] que a este projeto entregam o melhor de seus esforços e competência, saberá sem dúvida alguma construí-lo e conduzi-lo ao seu valor mais alto, incorporando-o à economia brasileira”.

O conflito entre o governo e os autores do manifesto contra Suape deveria culminar com o depoimento do secretário Anchieta Hércias na Assembléia Legislativa de Pernambuco, por convocação do deputado Roberto Freire. Era o que esperavam os signatários do documento. O depoimento aconteceu, com efeito, no dia 7.5.1975, uma quarta-feira (ver *JC*, 8.5.1975). Só que não houve nada parecido com o que hoje se chamaria uma “audiência pública” (na época, esse instrumento da governança ambiental brasileira não havia ainda sido introduzido). A autoridade estadual, sim, fez uma explanação aos deputados na Comissão de Finanças, Economia e Orçamento da APL, mas sem que qualquer outra pessoa, a não ser os técnicos da Diper e os ligados à Transcom, além dos deputados, fosse convidada para falar. Compareci ao ato sozinho; nenhum outro signatário do manifesto quis ir apenas para ouvir o que diriam os poderosos, ou como “enxerido”, para usar o estilo do citado José Nivaldo. Sentei-me na platéia, mas fui totalmente ignorado pelos representantes do povo pernambucano (governo e oposição), muitos deles meus amigos. Recebi apenas cumprimentos. Pode ter sido por causa de minha aparência meio – ou, talvez, até muito – *hippie*, macrobiótico, de manga de camisa, sandálias de couro e cabelo grande, no meio de parlamentares e técnicos de palitô, gravata e cabelo mais convencional¹⁷. O fato é que escutei tudo o que foi exposto (sem os recursos tecnológicos de *data show* e *power-point* de hoje) com uma parafernália de mapas, quadros, transparências com retroprojeter, etc. No dia seguinte, os jornais recifenses estampavam manchetes do tipo: “Hércias explica o Complexo de Suape” (*JC*). E contavam que o depoimento durara quase cinco horas, ficando patente que “o empreendimento prevê a preservação histórica e ecológica da área e que o projeto se constitui numa opção para Pernambuco crescer mais”. (Não é despropósito especular se o crescimento pernambucano de lá até hoje teria sido melhor sem o complexo de Suape; poderia perfeitamente ter sido.) Esclareceu o secretário, sem que ninguém o contestasse, com uma retórica fofa que pretendia ser poética (*JC*, 8.5.1975; *DP*, 8.5.1975):

“No intenso caminho de ida e volta para os campos e fábricas, destas para o porto, o resultado será mais emprego, mais poder aquisitivo, melhor índice alimentar, mais

¹⁷ A propósito, o *site* da revista *The Economist*, de 5.3.2008, observa: “Concern over man's harmful effect on the environment has gone from being the preserve of sandal-wearing beardies to the top of the political agenda”. Mas isso é agora.

educação, mais saúde, numa evolução constante até a extinção das faixas de miséria ainda existentes” [continuam existindo e até engrossaram mais].

Fica fácil afirmar tudo isso manipulando dados e quando ninguém cobra coerência nem pode argumentar em contrário. O secretário chegou carregado de cifras. Falou delas o tempo todo, servindo-se do apoio de assessores e da Transcom. E disse ainda, em tom pomposo, que muitos negócios de peso eram esperados para Suape, dando-os como certos, como favas contadas. Eles incluíam: refinaria de petróleo, “Centro de Reparos Navais Internacional” (do Grupo Daniel Ludwig, já com “sinal verde” do governo federal), terminal de exportação de açúcar, fábrica de pneumáticos, projeto de moagem de clínquer (para, com argila expandida e calcáreo, obterem-se alumínio e cimento), empreendimento do Grupo Peugeot de motores diesel e utilitários. “Serão fábricas que virão para Pernambuco em consequência de Suape”, frisou o alto funcionário. Melhor teria sido dizer que poderiam vir: nenhuma veio até 2008. Em 2005, finalmente, em virtude de entendimentos entre os presidentes brasileiro, Lula da Silva, e venezuelano, Hugo Chávez, conseguiu-se realmente que uma refinaria fosse destinada a Suape. Ela estará pronta provavelmente no ano 2014, quase quarenta anos depois do depoimento de Anchieta Hércias. Grande visão de longuíssimo prazo? Ou chute no escuro? O secretário acertou – nem poderia ser de outra forma, de tão óbvio que isso teria que ser feito – quanto a obras de ramal ferroviário (um ramal medíocre, sem uso, o que existe), eixo (nem tanto) de rodovias, sistema de abastecimento de água, dragagem, aterros. Não imaginaria, contudo, que o porto ficasse do lado de fora dos arrecifes – como, de fato, ficou – e não no famoso “complexo lagunar”, onde não havia profundidade sequer para porto escavado, como se dizia que era certo. O ancoradouro de Suape foi construído mediante o transporte de muitas pedras enormes, formando uma linha que se projeta no mar alto, deformando completamente o cenário que tanto encantou Darwin.

É certo que o deputado Roberto Freire, depois do depoimento, emitiu insatisfação (*JC*, 8.5.1975). Mas suas divergências diziam respeito a coisas como o fato de que Suape era “dependente de tecnologia estrangeira”. Ou de que se tratava de algo “fiel e anexo ao modelo econômico” adotado para o país, do qual “estamos em discordância”. Para ele, eram “grosseiras” as estimativas de Hércias quanto à criação de empregos. Em diapasão semelhante, o deputado Marcus Cunha ressaltou (*JC*, 8.5.1975) que a explanação do secretário estava “desatualizada”. Citou o então ministro Severo Gomes (1924-1992), da Indústria e Comércio, de que “basta de tanto PNB”. Para Freire, seria melhor gastar o dinheiro de Suape numa “efetiva reforma agrária”. O *JC* de 8.5.1975 cita declarações minhas, e dá-me como convidado da APL para o depoimento. Isso não aconteceu. Apenas fui avisado da reunião. Compareci, no entanto, porque presumi que poderia ser chamado a falar. Fiquei apenas no papel de assistente passivo do que o secretário expôs. Muito embora a proposta de que se tinha conhecimento, do deputado Roberto Freire, é de que teria lugar um debate, conforme noticiado na imprensa quando a convocação de Hércias foi acertada. Sobre isso, o *JC* de 9.5.1975 publicou em manchete: “Cientistas não foram convidados para debate”. Na matéria, Renato Duarte e Roberto Martins informam “que não compareceram à reunião na Assembléia Legislativa ... por não terem recebido convite oficial nesse sentido”. Renato Duarte comenta que tomou conhecimento da exposição de Hércias e que este “e seus assessores absolutamente não forneceram informações concretas, nem deram respostas adequadas às dúvidas e interrogações, por sinal agudas e inteligentes, de alguns dos deputados presentes”. No dia 12.5.1975, o *DP*

lamentava equivocadamente que eu não tenha ido à APL e acentua: “Os debates foram amplos e francos. Esclarecedores e objetivos”. Reclama dos cientistas, dizendo: “Pena que não tivessem ocorrido à Comissão de Finanças da Assembléia os cientistas preservadores da natureza”. Ironiza, por último:

“Ouvimos a opinião de apenas um. Mas mesmo assim, seus argumentos não convenceram, desde que, embora cientista, o seu ramo é pouco conhecido pelos parlamentares – a MACROBIÓTICA [*sic*]”.

A posição do governo era a que interessava. Somente ela, com suas cifras mirabolantes e enganosas. Enquanto isso, as opiniões oficiais eram assumidas monotonamente – à exceção do cuidadoso secretário Luiz Otávio Cavalcanti, de Planejamento – em todos os escalões. Um dos assessores de Anchieta Hércias foi claro em declarações ao *JC* (8.5.1975): “o tamanho de Suape é argumento suficiente para que não precise fazer parte de algum plano global de desenvolvimento”. Um dogmatismo de posição que dispensava até a necessidade de um esquema de referência maior para o empreendimento, algo do tipo “como queremos que seja Pernambuco em 2000”. Isso aparece claramente na tecla em que insistiu Hércias em seu depoimento (*JC*, 8.5.1975) : “Não vejo outra alternativa para o desenvolvimento regional a não ser com a construção do Complexo Industrial-Portuário de Suape”. Quanto aos aspectos ecológicos, suas declarações enfatizavam que *não haveria impactos ambientais* e que a “preservação histórica e ecológica da área” tinha sido pensada. Segundo o *DP* de 8.5.1975 (Primeiro Caderno, p. 5), quanto a isso, afirmava Hércias que “o projeto significa, além de uma opção econômica para o Estado, a recuperação de uma das mais bonitas áreas do Estado”. Esse depoimento, segundo o deputado Severino Cavalcanti, governista, no mesmo número do *DP*, “serviu para convencer os derrotistas”. A vacuidade triunfalista do discurso governamental era clara. Tanto que, quase um ano depois, a revista econômica *Visão* (semanal), de 22.3.1976, dizia: “Ainda persistem dúvidas quanto à viabilidade do porto artificial de Suape”. Mas ressalvava: “Para as autoridades pernambucanas, porém, ‘Suape é irreversível’” – perspectiva que se mantinha mais de dois anos depois, como o *DP* de 30.9.1978 registrava como sendo o que teria dito no dia anterior o governador Moura Cavalcanti. Característica da “irreversibilidade” eram, no dizer de Luiz Otávio Cavalcanti (*DP*, 30.9.1978), “os altos investimentos que já estão sendo feitos na área”. Esse viés se manteve. O porto foi construído. Existe hoje, mas não com a pujança da retórica governamental. E a comunidade local – “idílica ... em que todos se conhecem e são parentes”, conforme escreveu o antropólogo Roberto Mota (1978) – sumiu.

O protesto dos cientistas conseguiu que o governo do estado encomendasse a uma equipe chefiada pelo arquiteto Armando de Hollanda Cavalcanti (1940-1979) a elaboração de um plano de proteção ambiental (ou “Programa Ecológico e Cultural”, no jargão das autoridades) para a região de Suape. Esse plano me foi mostrado por Armando de Hollanda, que me procurou por recomendação do secretário Luiz Otávio. Foi a meu escritório no Instituto Joaquim Nabuco em maio de 1978 levando uma documentação rica de mapas, desenhos, perspectivas. Algo feito com muito esmero e atenção a detalhes. Armando de Hollanda era uma pessoa sensível e preocupada. Depois que me mostrou tudo e descreveu como seriam as providências para proteger a ecologia, a cultura e o patrimônio histórico (tão ameaçados ali, e hoje efetivamente conspurcados) de Suape, perguntei: “Que garantia você tem de que isso vai ser feito?” Respondeu-me com franqueza exemplar e ar perplexo: “Nenhuma”. É certo que, em decorrência de seu

trabalho dedicado, conseguiu-se ainda reservar uma área de 270 hectares do cabo de Santo Agostinho para implantação do Parque Histórico Metropolitano que hoje tem o nome de “Armando de Hollanda Cavalcanti”. Existir um verdadeiro parque no local não se pode afirmar que ocorra. De concreto, ele está simbolizado por um inspirado monólito em lugar de belíssima vista (de onde se descortinam o azul do mar e a linha de recifes do embevecimento de Darwin), colocado ali pelo próprio Hollanda Cavalcanti. Este, porém, escolheu um fim trágico para si próprio: suicidou-se. Talvez até, entre outros motivos mais dolorosos, como protesto extremo (foi o que alguns amigos seus insinuaram). E a polêmica do significado do projeto não foi resolvida. Na verdade, foi. Pela ótica exclusiva do paradigma oficial.

5 Epílogo provisório

No dia 5 de junho de 2006 (do Meio Ambiente), fui ao local do porto de Suape para dar uma palestra, como convidado, na Transpetro. Era a primeira vez em vinte anos que ali voltava. Não podia imaginar a amplitude das mudanças que o lugar experimentara com a construção de instalações portuárias e industriais. Conheci toda aquela área de beleza tão especial muito antes de ser concebido o projeto do porto, como já relatei, e com ela me familiarizei ao longo de muitos passeios agradáveis. Lembro-me não só da praia e do mangue, mas também de muitos e muitos sítios com fruteiras de todo tipo ali existentes. Suape e o espaço ao seu redor, na verdade, eram fontes importantes de abastecimento de frutas da região metropolitana do Recife. Aprendi sobre isso num trabalho que fiz para a Sudene em 1971 acerca do funcionamento da Ceasa (Central de Abastecimento) do Recife. Pelas informações disponíveis, era de Suape que procedia a maioria dos cajus, mangabas, mangas, cajás, sapotis, jacas e muitas outras frutas que os recifenses tanto apreciavam (e podem apreciar menos agora, em virtude de seu escasseamento). O acesso a Suape era difícil, com estradas que ficavam intransitáveis no inverno. Mas isso nunca foi impedimento para que, com minha família (filhos pequenos), eu fosse ali regularmente. Topei muitos atoleiros, andei com o carro dentro d’água várias vezes, nos enlameávamos: aventuras que valem a pena. Devido ao bem-estar que me causava esse turismo ecológico, com potencial grande para os amantes de passeios não-convencionais – fonte de renda considerável, por exemplo, na Costa Rica –, combati o projeto de Suape.

Mais de trinta anos depois, constato que as advertências que fazíamos no manifesto estão todas confirmadas. Dissemos no documento de 1975: “quem garante ... que a remoção de terra, os aterros inevitáveis, a escavação do porto, o lançamento mais tarde de detritos ... não alterará de forma radical e definitiva o panorama que circunda Suape atualmente?” Pois foi isso exatamente o que aconteceu. A paisagem de Suape hoje é desoladora. Trata-se de uma área sem beleza, sem vegetação agradável, sem construções elegantes. Com mangues destruídos, a silhueta dos arrecifes esplêndidos que ali havia radicalmente alterada, as fruteiras banidas. Na verdade, Suape mais parece uma base militar de feição horrorosa, talvez até um campo de concentração. Entre minha chegada à cancela da entrada no perímetro do porto e meu ingresso nas instalações da Transpetro, levei 30 minutos. Fui fichado, fotografado, mandado esperar. O número de meu *notebook* teve que ser anotado. Confesso que, em julho de 1970, foi mais fácil

vencer as barreiras de arames farpados, baionetas caladas e carros de combate para entrar um dia, às 21h, na sede a Oban (centro da repressão do regime militar em São Paulo), à procura de meu irmão Cláudio, ali supostamente detido (verifiquei que efetivamente estava). Bom, Suape é vítima de uma regra imposta pelo governo norte-americano, explicaram-me, depois do 11 de Setembro. Tudo bem. Mas a sensação que se tem em Suape não engrandece. Pior: contou-me o motorista que me conduziu ao local que uma senhora que trabalha na cozinha do restaurante da Transpetro, moradora, quase diria, “secular”, da região, pois ali vive com seis filhos e muitos netos desde que se entende de gente, está desesperada porque – assim como muitas outras pessoas mais – vai ter que desocupar o lugar. É que os interesses, supostamente maiores e incontestáveis, da nova refinaria que vai para Suape impõem tal solução bruta. Desastre ambiental, tragédia humana – quanto custa esse “progresso”? Um conflito social sem fim?

Referências

Daly, Herman, 2007. *Ecological Economics and Sustainable Development, Selected Essays*. Cheltenham (Reino Unido) e Northampton (EUA): Edward Elgar.

Moreira da Silva, Paulo de Castro, 1972. *Um Novo Porto para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Fundação de Estudos do Mar, xerox.

Mota, Roberto, 1978. “Comunidades do Litoral”, *Diario de Pernambuco*, 6.5.1978, p. A-11.

Pernambuco. Governo, Diper, 1974. *Breves Informações sobre Suape*. Recife.

Prado, Lafayette, 1974. *Complexo Portuário Industrial de Suape*. Recife, 8/11/1974, xerox.

Sears, Paul B., 1964. “Ecology – a Subversive Subject”, *Bioscience* 14 (julho), pp. 11-13.

Viola, Eduardo, 1992: “O Movimento Ambientalista no Brasil (1971-1991): Da Denúncia e Conscientização Pública para a Institucionalização e o Desenvolvimento Sustentável”. In: Goldenberg, Mirian (org.), *Ecologia, Ciência e Política*. Rio: Ed. Revan.